

# PROJETO DE PESQUISA

Cleidson de Jesus Rocha

Dialética e horizonte crítico em Theodor W. Adorno

Supervisor: Prof. Dr. Luiz Sérgio Repa

Submetido como requisito para processo seletivo de  
professor pós-doutorado/professor colaborador  
2018/2019.

## **1. Tema/Problema: Dialética e horizonte crítico em Theodor W. Adorno**

O tema deste projeto de pesquisa é a questão da dialética segundo a compreende Theodor W. Adorno, ou seja, em sua versão negativa. Nesta conformação, a dialética se configura como crítica do pensamento filosófico, que tem, modernamente, se limitado a enlevar a racionalidade à máxima potência, sem se debruçar sobre os efeitos de suas promessas não cumpridas. A obra de Adorno é reconhecida por uma propugnação segundo a qual cabe à filosofia, em parceria com as outras ciências, a tarefa da reflexão crítica e do esclarecimento da forma como a cultura se organiza. Tal proposição leva a um projeto teórico que pressupõe a tomada de consciência sobre os descaminhos da razão, numa tentativa de que, por intermédio do esclarecimento, o homem possa construir possibilidades de autonomia e emancipação. Esses horizontes, que delimitam distintas noções de educação e autonomia dos sujeitos, estão, por sua vez, em conexão com o caráter materialista da compreensão do movimento da história. A pesquisa em questão, ao abordar a questão da dialética, parte de uma manifestação prática, de clara visibilidade e consequências, que é o da semi-formação e de sua clara manifestação na semi-cultura socializada, buscando identificar de que maneira a contribuição da teoria crítica de T. W. Adorno contribui com a reflexão sobre uma educação com feições e práticas emancipatórias.

## **2. Objetivos:**

Este projeto busca revisitar o tema da dialética segundo a compreende Theodor W. Adorno. A *Dialética Negativa* diz respeito a uma inflexão em direção a uma experiência filosófica como crítica imanente à epistemologia e ontologia modernas, negando-se a pura identidade do conceito com o conceituado em vista de uma unidade, mas sim, à não-identidade de conceito e objeto. Assim, a *dialética negativa*, coloca-se ao lado das reflexões da *dialética do esclarecimento*, que aponta os descaminhos da razão ocidental. Ao revistar o tema da dialética negativa, pretendemos identificar a crítica imanente à filosofia da identidade, incluindo aí o pensamento materialista contemporâneo, como a de Walter Benjamim, que identifica, nos progressos da técnicas, condições de democratização dos produtos culturais e das obras de arte. O projeto, assim, se organiza em busca de responder algumas questões como: de que maneira o pensamento negativo de Adorno corrobora uma proposta educacional crítica? Quais os

principais argumentos adornianos em favor de uma educação emancipatória? De que maneira a teoria crítica da sociedade de T. W. Adorno lança luz para a melhor compreensão da sociedade contemporânea?

### 3. Justificativa

Tendo como objetivo relacionar a determinação negativa da dialética como procedimento da crítica imanente à ontologia e epistemologia moderna, que cumprem, segundo Adorno, a função de esclarecer sobre a dialética do esclarecimento, deturpado pela lógica da administração do próprio pensamento, procuro primeiro delinear, em traços gerais, a crítica à razão, configurada como uma *dialética negativa*. Dessa forma, apresento, desde agora, os traços do pensamento não identificante como chave da crítica imanente, explicando, assim, a lógica de organização do pensamento crítico-negativo adorniano.

#### 3.1. As galerias do Pensamento Filosófico

Segundo esclarece Marcos Nobre (1998) designar o lugar que ocupa a *Dialética Negativa*<sup>1</sup> no pensamento de Adorno, esquadrinhando o seu campo em traços definitivos não é tarefa fácil. A estrutura subjacente à obra é intermediada por uma gama de conexões e marcada por uma linguagem peculiar, descrente no poder objetivo da razão, referindo-se a vários momentos da produção filosófica e abordando autores que tematizaram questões similares sob pontos de vista divergentes. Segundo Adorno (1975) o peso das tradições, somado à incapacidade de uma rebelião contra elas, manteve a análise moderna presa a vícios de um pensamento estagnado e inoperante diante dos desafios a que nos sujeita a lógica contemporânea, motivo pelo qual a inauguração de um esquema novo de pensar se faz necessário. Daí a ousadia adorniana na proposição de uma *dialética negativa*, que conforme formulada é propriamente “um atentado contra a tradição” (Adorno, 1975, p. 7).

Para Adorno “o pensamento filosófico deve ser dissociado do pensado, do conteúdo”, (Adorno, 1995b, p. 16) pois existe uma certa independência do pensar em relação à coisa. Essa independência é, para Adorno, responsável pelo

[...] avanço inestimável que o aparato lógico moderno alcançou com relação à consciência primitiva, multiplicando-se, assim, a força do esclarecimento,

---

<sup>1</sup> Segundo Luigi Bordin (1979) “a dialética crítico-negativa adorniana tem como base substancial Hegel e Marx repensados criticamente. Nessa base hegeliano-marxista Adorno insere também conteúdos psicanalíticos e sociológicos desvinculados dos seus contextos originais freudianos e durkheimnianos” (Bordin, 1979, p. 58).

que marcou a tendência histórica do desenvolvimento da filosofia, (...) permitindo interpretações múltiplas e complementares sobre um mesmo objeto (...) o pensar filosófico só começa quando não se contenta com conhecimentos que deixam abstrair e dos quais nada mais se retira além daquilo que se colocou neles. (*ibid.*, p. 16)

O pensamento, para ser realmente produtivo, criador, precisa ser também um reagir, e, fundamentalmente, precisa ser determinado a partir de sua coisa. Assim diz Adorno:

A objetividade, a verdade do pensamento depende de sua relação com a coisa. Subjetivamente considerado, o pensar filosófico é incessantemente confrontado com a exigência de conduzir-se em si mesmo de acordo com as regras da lógica de, não obstante, receber em si aquilo que não é ele mesmo e que não se submete mais *a priori* à sua própria legalidade. O pensar, enquanto ato subjetivo deve primeiro entregar-se verdadeiramente à coisa (...). (*ibid.*, p. 18)

Ou seja, pensar é referir-se a algo, é aproximar-se refletidamente da coisa sobre a qual se pensa. Seu momento ativo é a *concentração*, que é o comportamento que se opõe ao desvio em relação à coisa, se deixando comandar, sem em nada distrair-se. *Aplicação e paciência* são palavras que exprimem bem a conduta do pensar filosófico. “Não é a agitação afanosa nem o ficar parado, matutando, mas sim o olhar demorado sobre o objeto, sem querer forçá-lo” (*ibid.*, p. 19).

Para Adorno, a propalada neutralidade axiológica – tão em voga no pensamento científico atual -, que requer do sujeito que se apague a si mesmo diante do objeto, em prol da primazia da coisa, não convém à filosofia, pois o pensar não deve reduzir-se ao método, nem existe uma verdade suprema que permaneça após a eliminação do sujeito: “A filosofia deve levar consigo toda a inervação e experiência na observação da coisa para, então, perder-se nela” (*ibid.*, p. 19). Nessa operação a coisa funcionaria como instigante provocação, sensual objeto, plena de possibilidades, por isso mesmo merecedora da atenção concentrada do pensamento.

A reflexão filosófica, como exercício que busca a identificação dos pensamentos verdadeiros, compreende a verdade como “*constelação* em devir, e não como algo que se percorre automaticamente” (*ibid.*, p. 20). O pensamento filosófico, para não sucumbir, deve atingir o ideal de incessante renovação a partir da coisa. Pensar filosoficamente é, assim, para Adorno, “como que pensar intermitências, ser perturbado por aquilo que o pensamento não é, pois sem risco, sem a possibilidade presente de erro, não há objetivamente qualquer verdade” (*ibid.*, p. 21-2). Para Adorno, uma palavra de

ordem possível será “pensar perigosamente”, isso significando “estimular o pensamento a partir da experiência da coisa, não recuar diante de nada, não se deixar embaraçar por qualquer conveniência do previamente pensado” (*ibid.*, p. 22). Com isso Adorno reivindica uma “coragem civil” para o pensamento filosófico, enxergando aí o núcleo da doutrina da autonomia. Quer dizer: é somente a experiência do risco (do erro), que permite ao pensador aproximar-se objetivamente de alguma verdade, pois “o pensar filosófico satisfatório é crítico, não só frente ao existente e à sua moldagem coisal na consciência, mas também, na mesma medida, frente a si mesmo”. (*ibid.*, p. 23)

Com a crítica da Ilustração, Adorno e Horkheimer contestam toda a evolução das sociedades ocidentais, e toda a tradição logocêntrica e racionalista, pois a razão, ao contrário de tudo que prometeu, se converteu, em alguns casos, num poderoso instrumento de dominação. Um exemplo disso vem do próprio Adorno, quando cita a forma como a razão ajuda a maximizar os extermínios e genocídios. Os alemães que assassinaram judeus em campos de concentração sabiam muito bem o que faziam e atuavam de um modo racional, tratando de exterminar o maior número de seres humanos com o menor esforço. Sob a bandeira ilustrada da razão se escondia o horror, o ódio, a morte e a injustiça.

Adorno e Horkheimer apostam num processo de esclarecimento da *Ilustração* que se apresenta como crítica da razão instrumental, a qual é tida como um novo processo capaz de realizar definitivamente os momentos positivos da Ilustração, a saber a liberdade e a igualdade, porém não como ideias ou ideais, mas como exigências que devem efetuar-se em realidades concretas. Porém isso embora à primeira vista possa sugerir tratar-se apenas de uma esperança, o questionamento a respeito do fracasso da razão e a denúncia dos mecanismos de dominação, por si mesmos são indicativos para uma tomada de posição crítica diante da realidade.

A crítica que Adorno, juntamente com Horkheimer começa na *Dialética do Esclarecimento* é desenvolvida também na *Crítica da Razão Instrumental*, de Horkheimer. Nesta obra Horkheimer distingue dois tipos de razão, ambos igualmente nocivos e perigosos. De um lado estaria a *razão subjetiva* ou *instrumental*, uma razão que calcula meios em função de um fim proposto, sem chegar a valorizar a racionalidade do fim perseguido. De outro lado, a *razão objetiva*, que pretende tratar a realidade como se fosse uma coisa. É a razão dos sistemas filosóficos que persegue como fim último a verdade, a adequação do sistema de pensamento à realidade. Este tipo de pensamento

provém da metafísica, a qual Horkheimer define como pensamento estático e sistematizado, incapaz de captar o constante fluir e o devir da realidade humana. O sentido pejorativo aplicado por Horkheimer à metafísica decorre de seu entendimento de que a realidade não se deixa sistematizar e por isso a razão objetiva tampouco é um meio adequado para conhecer o mundo.

A saída proposta consiste em pensar com conceitos abertos, que não dividam em partes a realidade nem deixem fora o que deveriam incluir. O pensamento deve desprezar a certeza e permanecer em uma constante busca do “completamente outro”, tal como descreveu Adorno em sua *Dialética Negativa*. O pensamento não deve solidificar-se e todos seus conceitos têm de ser permeáveis.

A *Dialética Negativa* postula um esforço do pensamento em ir além do conceito através do próprio conceito. Então, o pensar já é por natureza uma resistência ao imposto. Como todo sistema se torna estático e finito por ser fechado e excludente, impondo ao específico a dominação da identidade do genérico, o pensamento sistemático se denuncia como impróprio para um mundo que nega à hegemonia do pensamento: neste sentido, para Adorno o pensamento não-sistemático guarda em si um momento utópico, mas válido, já que propõe um mundo não-dominado. Daí o mergulho imanente no individual, a busca de relacionamento sem sistema, a crítica da redução matemática e fenomenológica do não-idêntico ao idêntico, a exposição do pensamento sobre a forma de ensaios, a proposição de modelos teóricos e a valorização do estético.

Para Adorno, a força que tanto se espera da consciência não foi suficiente para fazê-la autônoma. Assim, constitui-se como mero engano. Este engano é reconhecível facilmente, pois verifica-se que a racionalidade perde o controle e se desprende de si mesma, convertendo-se verdadeiramente em mitologia: a *ratio* se converte em irracionalidade voltando-se contra si própria no investimento de fazer desaparecer seu próprio substrato. Quando o pensamento segue inconscientemente a lei de seu dinamismo, acaba se voltando contra seu próprio sentido. A imposição da autarquia condena o pensamento ao vício e assim este se converte subjetivamente em idiotice e primitivismo.

A degeneração da consciência é, para Adorno (1975), produto de sua carência de reflexão crítica sobre si, já que o pensamento tradicional optou por tomar a identidade por seu objetivo, desconsiderando a importância do movimento da consciência sobre si própria. Assim, apostando na certeza de que o objeto é dono da verdade, arrisca-se a encontrar apenas a aparência de identidade, que também é pensamento, e que a

aplicação de seu “isto é” faz cambalear. A aposta do pensamento tradicional abre mão da crítica e peca, porque essa não faz desaparecer a identidade, mas a substitui qualitativamente, mantendo a identidade na diferença consciente. Para Adorno, supor a identidade é, inclusive na lógica formal, pura ideologia, já que nessa suposição, embute-se a compreensão de que a verdade é a não existência da contradição nem de antagonismo algum. A falsidade de toda identidade adquirida é a forma pervertida da verdade, a mentira.

A consciência que reflete sobre si mesma opera no sentido de desviar-se da falsidade, identificando as contradições da distância entre o que é e o que não é. Dessa maneira, a consciência como “particular”, o determinado, se encontra a si mesma, dando-se, neste momento, a superação da contradição, ou seja, a identidade conseguida entre o particular e seu conceito. Ao indivíduo autônomo interessa conservar para si não só o que lhe rouba o universal, mas também esse *mais* do conceito. Isso não implica, no esquema da Dialética Negativa, um aquiescer-se com o estado satisfatório da identidade, mas requer a experiência também da negatividade. Por outra parte, a contradição entre o conceito de liberdade e sua realização não deixa por sua vez de ser a insuficiência do conceito.

Para Adorno a contradição pode se localizar no próprio objeto e não deixa de existir porque simplesmente se possui a consciência de que algo está errado. Na *Mínima Morália* Adorno afirma que não só a possibilidade objetiva, mas também a capacidade subjetiva para a felicidade só se dá na liberdade.

Contudo, atualmente impera a pretensão do pensamento que se considera autossuficiente, que tem por princípio básico sua hegemonia absoluta em relação à práxis social. Não obstante, a sensação de megalomania oferece um irônico conforto, já que não deixamos de fazer a insistente pergunta de como nos comportar para sermos reconhecidos como “sujeitos” e não párias sociais. A pretensão da identidade apenas nos situa, como nos relatos míticos, como seres idênticos, aprisionados em relações previamente determinadas. Essa mesmice é sempre perigosa, pois caminha de mãos dadas com o conformismo e com a resignação ao horror.

### **3.2. Dialética Negativa: sua natureza, perspectiva e caminhos da construção**

Rolf Wiggershaus (2002) inicia seu comentário sobre o livro *Dialética Negativa*, transcrevendo um trecho de uma carta de Adorno a Horkheimer, de 15 de dezembro de 1966, (ano da publicação da referida obra). Nesta carta Adorno mostra-se

profundamente interessado em saber a opinião do companheiro do *Instituto* quanto à *Dialética*, bem como em justificar suas pretensões no que se refere à recepção desse trabalho. Assim diz o trecho da carta:

‘Neste meio tempo, você deve ter recebido *Negative Dialektik*, esse bebê enorme, e eu estou, naturalmente, impacientíssimo por conhecer sua reação, sem aliás, querer forçá-lo a ler mais depressa do que o ritmo no qual você e eu podemos ler uma obra desse gênero. Espero que você não o interprete como uma recaída filosófica. Minha pretensão é mais a de retomar a própria problemática filosófica para alargar seu conceito tradicional... O único ponto de controvérsia possível é de saber se, por isso, se deve, nesse ponto, entrar na esfera da pretensa filosofia universitária; mas isso não passa, no fundo, do fruto de minha paixão pela crítica imanente, que é apenas paixão, e que esse livro mesmo justificará talvez numa certa medida’ (Adorno *apud* Wiggershaus, 2002, p. 630).

Segundo Wiggershaus, o trabalho de elaboração da *Dialética Negativa* teve início em 1959: “por enquanto, estou mergulhado até o pescoço num projeto filosófico muito ambicioso, o mais comprometedor depois da *Metakritik*’ – escrevia Adorno em outubro de 1963, numa carta ao compositor Ernst Krenek (*apud* Wiggershaus, 2002, p. 632). Consta em Wiggershaus, a informação de que *Dialética Negativa* foi escrito paralelamente às atividades docentes e intelectuais. Nesse trabalho, descreve-se ainda a metodologia utilizada por Adorno para dar forma à sua obra:

[...] Adorno rabiscava anotações num caderninho que levava sempre consigo. (...) As páginas eram batidas com espaço duplo e largas margens dos dois lados – as frases eram muitas vezes bastante incompletas. Adorno passaria essas páginas a limpo e reescrevia-as de forma que, frequentemente, não sobrava nada do texto datilografado e tudo era manuscrito (*ibid.*, p. 632-3).

A *Dialética Negativa*, publicado em 1966, se compõe de uma longa introdução e de três partes, assim apresentada: *Relação com a ontologia* – onde Adorno retoma as discussões em torno de Heidegger e de Sartre; *Dialética negativa: conceito e categorias* – parte central e *Modelos* – onde Adorno faz uma inserção crítica dentro da linhagem filosófica de Kant e Hegel. “As duas primeiras originavam-se de aulas dadas no Collège de France, em Paris, e a última vinha de rascunhos e de textos dos anos 30” (*ibid.*, p. 633).

Na introdução desta obra, Adorno se refere às “possibilidades da filosofia”, assim se expressando:



A filosofia que chegou a parecer superada, continua viva porque deixou passar o momento de sua realização. O juízo sumário de que nada mais fez do que interpretar o mundo e mutilar-se a si mesma resignando-se ante a realidade, torna-se derrotismo da razão depois que a transformação do mundo fracassou. Ela não oferece qualquer lugar a partir do qual a teoria como tal possa ser convencida concretamente de anacronismo, em que pese ser sempre dele suspeita. Talvez a interpretação que prometia uma transição à prática tenha sido insuficiente (Adorno, 1975, p. 11).

Nota-se, desde logo, o descrédito de Adorno quanto ao restabelecimento da possibilidade da filosofia na captação objetiva da totalidade. É a expressão clara da impaciência de Adorno diante da corrida em direção a outras esferas para explicação da realidade. Inscrevem-se nessa perspectiva Max Horkheimer (buscando na lógica da compaixão possibilidade de entendimento entre os homens) e Herbert Marcuse (que vê em Deus a solução para os problemas humanos). Tentando escapar dessa tendência, Adorno, embora reconhecendo as limitações da filosofia diante de um mundo tomado pelo descrédito, no que concerne a um pensamento racional estável, prefere, mesmo assim, esboçar a ideia de escapar ao domínio da totalidade verdadeira. Para Wiggershaus, (2002, p. 634) “a partir da confiança em suas próprias inclinações intelectuais, o autor considerou ser seu dever quebrar a impostura da subjetividade constitutiva com a força do sujeito; ele gostaria de não mais ter que adiar o cumprimento desse dever”.

Adorno inicia a apresentação da dialética negativa com a consideração de que a dialética, historicamente, significou pensar “em contradições em virtude da contradição experimentada na coisa e conta ela” (Adorno, 1975, p. 59). Mas a dialética que Adorno defende não corresponde ao uso da razão analítica que busca a identidade nos objetos, numa racionalidade classificadora, que deve estar sempre do lado do domínio. Ao contrário, a dialética negativa tem por função desmontar os conceitos fechados, questionar a validade destes, já que a identidade da consciência com os conceitos implica na sintonia com a não-verdade, uma vez que estes não comportam toda a significação dos seres particulares. Os conceitos, em sua generalidade, sempre transcendem o aqui e agora que constitui o objeto da percepção imediata, e apontam, por sua lógica interna, para a dimensão do possível, em oposição à dimensão do existente.

Para Adorno, a razão do iluminismo, em sua última etapa, se degrada no mero entendimento, sendo incapaz de integrar em sínteses verdadeiras a pluralidade das

percepções parciais bem como de escapar à pura facticidade e imediaticidade do existente, reduzindo-se, por isso mesmo, à deificação do existente. A lógica da dialética tradicional, que enxerga validade no conceito, faz-se inerentemente violenta e manipuladora, esmagando as particularidades sensuais da natureza e do corpo. Adorno não quer simplesmente substituir a identidade pela diferença, mas sua sugestiva crítica da tirania da equivalência leva-o com muita frequência a “demonizar” o capitalismo moderno como um sistema uniforme, pacificado, auto-regulador. A identidade, portanto, é para Adorno equivalente à coação geral.

A adesão aos conceitos e a identificação com os modelos apresentados pela sociedade de consumo, anula as pretensões emancipatórias do sujeito, submetendo-o a uma certa forma de enxergar o mundo. Essa lógica convém ao capitalismo, cuja pretensão imperialista faz com que deseje anular toda espécie de resistência, seja ideológica, política, econômica. Essa posição de Adorno quanto ao capitalismo, não significa que haja neste autor a militância prática por um novo formato de sociedade, baseada nos princípios socialistas, conforme a perspectiva de Marx.

A utopia de uma sociedade sem classes, que resulte da luta dos proletários pela extinção das desigualdades sociais entre os homens, não se configura como a principal bandeira adorniana. Sua reflexão, inquieta, depõe contra a hipótese fundamental do positivismo, de que a sociedade humana seja regulada por leis naturais, (ou por leis que têm todas as características das leis naturais), invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. Nega, a partir disso, os métodos e procedimentos defendidos pelo positivismo para se conhecer a natureza. Imprime o pensamento negativo como forma de contraposição ao princípio da identificação entre sujeito e objeto, defendida pelo pensamento identificante da epistemologia tradicional e dessa maneira, define um mapa conceitual que diverge, incomoda, questiona, enquanto defende a teoria da contaminação de uma práxis que pretende solapar a teoria e fazê-la sua serva.

Para Adorno, mesmo o sistema filosófico hegeliano, que busca afirmar uma verdade essencial, refletindo sobre as grandes questões da filosofia (lógica, filosofia da natureza, filosofia do direito, filosofia da história, estética, filosofia da religião, história da filosofia) mostra-se contraditório. A crença na possibilidade de que a verdade de cada uma dessas instâncias emergja, triunfal, no conceito, implica um apego ao método lógico-matemático e a sua aplicação sistemática sobre os dados da realidade, da qual salta dos olhos para a razão, a verdade dos fatos. Essa verdade traria em si os elementos

constituintes do conceito, pura verdade, pura essência, elemento libertador, a partir do qual os homens poderiam inaugurar a mais sublime experiência da liberdade e da felicidade. Porém, o bem-estar desse conforto, para Adorno, equivale à satisfação que se consegue com a síntese, que se equipara a uma paralisação do espírito, e, por isso, corresponde à violência. Por este motivo, somente a dialética, que parte da contradição e visa explicitá-la, pode chegar a conhecê-la.

O apego às aparências dos objetos implica uma queda na inverdade e no relativismo. Este é perigoso por ser um pensamento sem base. A dialética precisa se opor tão frontalmente a este tipo de pensamento, como ao absolutismo. O relativismo deseja o absoluto, já que se pretende válido, outorgando a cada consciência individual o direito a opiniões, como se fosse dispensável quaisquer critérios de julgamento sobre as coisas. Para Adorno, faz-se necessário que os indivíduos tenham em mente que “a verdade das perspectivas divergentes estão normatizadas pela totalidade prévia, que é a estrutura do processo social” (*ibid.*, p. 43). O conhecimento desta regra pode livrar os homens da arbitrariedade das múltiplas verdades e permitir assim a crítica do relativismo e a afirmação de um modelo de negação concreta. As normas são produtos da vontade e ação humanas, e não podem ser transitórias ao ponto de volatilizar-se pelas vontades individuais, já que estas são geralmente produzidas por paixões, vícios e costumes herdados do senso comum.

A dialética negativa tem por função trabalhar pelo fim do pensamento unitário e de sua própria função corretiva. O trecho a seguir, embora longo, expressa bem o que significa o pensamento da não-identidade, e apresenta os fundamentos da dialética negativa de Adorno. Para Wiggershaus o raciocínio de Adorno que sustenta todos os outros, diz respeito a uma identidade, que

[...] é subjetivista mesmo quando contesta. O fato de (...) atribuir a identidade à não-verdade não cria um equilíbrio entre sujeito e objeto, nenhuma soberania do conceito funcional no conhecimento; assim que o sujeito é ameaçado por menos que seja, ele já perde seu poder. Ele sabe por que sente uma ameaça absoluta no menor desbordamento (sic) do não idêntico, proporcional a seu próprio caráter absoluto! O menor detalhe humilha-o totalmente porque ele aspira à totalidade. A subjetividade muda sua qualidade para um conjunto que ela não pode elaborar a partir de si mesma. Devido à desigualdade inerente ao conceito de mediação, o sujeito cai no objeto de uma maneira bem diferente do que o objeto no sujeito. O objeto pode ser pensado pelo sujeito, mas se mantém sempre diante dele como o outro; o sujeito é, no entanto, antecipadamente, objeto, por sua própria natureza. O pensamento não pode eliminar do sujeito o objeto, mesmo sob a forma de ideia; mas ele pode eliminar o sujeito do objeto. Isso faz parte do sentido da subjetividade de ser também objeto, mas não do sentido da objetividade de ser sujeito. O eu existente é uma implicação do

próprio sentido do lógico ‘eu penso o que deve poder acompanhar todas as minhas representações’ porque esse enunciado tem como condição de possibilidade a sucessão cronológica, e essa concessão só pode dizer respeito ao que é temporal. O ‘meu’ assinala um sujeito como objeto entre objetos, e sem esse ‘meu’ não haveria ainda de novo ‘eu penso’ (...) Por trás de tudo isso, uma intuição simples: o mundo poderia existir mesmo sem os homens, mas os homens não poderia existir sem o mundo. (Wiggershaus, 2002, p. 635-636)

Vemos assim que o critério da identidade em Adorno em nada se aproxima da simples conjunção de um acordo, da qualidade de idêntico entre o sujeito e o objeto, numa fusão harmoniosa entre consciência e ente pensado. Ao invés disso, há uma intuição simples, de que se deve sempre lembrar de que *há um outro*. Portanto a fusão de uma tese e de uma antítese, numa operação ou numa proposição nova que retenha o que elas têm de legítimo e as combine mediante a introdução de um ponto de vista superior já não é suficiente como critério de verdade.

### **3.3. A lógica do não-idêntico: os conceitos em constelação**

Martin Jay (1988) demarca as influências que nortearam o trabalho de Adorno iniciando com a utilização que o frankfurtiano faz do conceito de “constelação”. Segundo Jay, compreender “as constelações” adornianas equivale a compreender os pontos-chaves de sua teoria.

O conceito de “constelação”, segundo Jay, é tomado emprestado de Benjamin. É, principalmente, um termo astronômico que designa “um conjunto justaposto e integrado de elementos que resistem a ser reduzidos a um denominador comum, a um núcleo central ou a uma primeira origem geradora”. (Benjamin *apud* Jay, 1988, p. 42). Como explica Susan Buck-Morss (1981, p. 58), citando Benjamin, “as constelações eram descontínuas como os átomos, como as cédulas, como os sistemas solares, cada uma tinha seu próprio centro e, sem hierarquias, estavam uma junto à outra, em perfeita independência”.

O termo “constelação” quer escapar ao momento positivo da síntese hegeliana, conservando as tensões existentes em todo o processo de conhecimento e reflete, ainda, a crença na impossibilidade de que a linguagem possa dar conta, através de um conceito, da totalidade completa de um determinado fenômeno. Com a constelação se conserva a complexidade, se preservam todas as suas “pontas” sem reduzi-las nem eliminá-las, embora se aproprie do fenômeno. A constelação não é só uma estrela, mas todas.

Somente o brilho conjunto, a união tensa de seus extremos, pode constituir e conter o fluir das realidades fenomênicas.

Para Adorno os conceitos se apresentam em constelação, “em vez de avançar em um processo escalonado de conceito em conceito superior, mais universal. A constelação destaca o específico do objeto, que é indiferente ou enfadonho para o procedimento classificatório” (Adorno, 1975, p. 166). Com estes argumentos Adorno questiona o método lógico-matemático apregoado pelo positivismo como chave para a máxima precisão na investigação científica, já que este não se adapta à busca de múltiplos sentidos, preferindo a unilateralidade do sentido da coisa. Dessa maneira, se faz insatisfatório. Adorno enxerga o proceder da linguagem como exemplo da possibilidade da consideração aberta de novos sentidos para a coisa. Segundo o frankfurtiano, esta não oferece só um sistema de signos às funções cognitivas. Pelo contrário, a linguagem diz de algo o que é capaz de dizer, sem fechar as possibilidades de que a coisa venha a ser descrita diferentemente. Deste modo, a linguagem serve à intenção do conceito, de expressar por completo (mas de maneiras diversas) aquilo a que se refere.

O procedimento da busca dos conceitos em constelação não pode abrir mão do dado da concretude, tomada em conta por Hegel, segundo o qual as coisas têm em si mesmas seu contexto, não sua pura identidade. O contexto define a identidade das coisas, mas não se dá a traduzir sem que se leve em conta sua multiface e sua complexidade, que exige a consideração de todos os sentidos que possam emergir como significado válido dessa mesma coisa. Contudo, lembra Adorno, não se pode negar que alguns objetos se fazem irreduzível a um contexto previamente pensado. Certas categorias (desejos, vontades), embora válidas, não se encontram materializadas num espaço e tempo concretos. A consideração da validade desses “entes” subjetivos permitem à construção das utopias, das lutas, das possibilidades de mudanças, que transcendendo seu próprio isolamento, podem se afirmar como a negação do imediato. Sua característica é a diferença. Como ideia aberta, resiste à precisão da pretensão totalizante da identidade. Assim sendo, o diferente do imediato, o que ainda opera no plano da tentativa, o que se abre em constelação, valoriza cada uma das pontas da estrela, e por isso se mostra indefinível pelo conceito, supera sua existência particular e por isso pode vigorar como negatividade positiva.

O singular que ainda não tenha materialidade concreta pode ter existência objetiva, com lugar e sedimento na história. Esta se constrói pela ousadia dos singulares

que convocam os outros singulares a romperem seu isolamento, num movimento de transcendência da realidade objetiva. Na absorção dos singulares, a história multiplica as tentativas de superação dos contextos empobrecidos pela rigidez da identidade.

Para Adorno,

[...] perceber a constelação em que se encontra a coisa é o mesmo que decifrá-la. (...) O único saber capaz de liberar a história encerrada no objeto é o que tem em conta o posto histórico deste em sua relação com os outros, o que atualiza e concentra algo já sabido transformando-lhe. (...) Conhecer o objeto com sua constelação é saber o processo que há acumulado. O pensamento teórico rodeia em forma de constelação ao conceito que quer abrir, não com uma só chave ou um só número, mas graças a uma combinação de números (*ibid.*, p. 166).

A afirmação do conceito, contudo, envolve obviamente as faculdades humanas da subjetividade e do pensamento, já que a objetividade do conhecimento requer pensamento, subjetividade. Esse paradoxo é resultado da norma cartesiana, segundo a qual a explicação tem que fundamentar o posterior, ao menos o logicamente posterior, a partir de algo anterior. Mas, para Adorno, esta norma tem perdido validade uma vez que se o conteúdo dialético fosse medido por ela, este se reduziria à mera coerência lógica. Vale lembrar que para Adorno o conteúdo não é explicável por ordem de um esquema hierárquico que se lhe aplica a partir do exterior. De outro modo, para se realizar uma explicação, se pressuporia a solução que primeiro tem que encontrar e daria por certo que a coerência, um princípio subjetivo do pensamento, é inerente ao que tem que pensar, o objeto.

A razão dialética obedece ao impulso de transcender o contexto natural e sua ofuscação, que continuam com a imposição subjetiva das regras lógicas. Uma dialética assim é *negativa*. Com este nome fica indicada a diferença que a separa de Hegel. Em Hegel coincidem identidade e positividade; a reconciliação tinha que ser realizada mediante a inclusão de todo o diferente e objetivo numa subjetividade ampliada e elevada a Espírito Absoluto. Em Adorno, pelo contrário, a força do todo que opera na determinação particular não é só a negação desta, mas também o negativo, o falso. A filosofia do sujeito total, absoluto, é particular. A convertibilidade que possuía a tese da identidade opera contra o princípio do espírito. Uma vez que o ente é totalmente dedutível a partir do Espírito, este se converte em semelhante, ao mero ente, ao que crê opor-se. É o insaciável princípio de identidade o que perpetua o antagonismo,

reprimindo o contraditório. Ao não tolerar nada distinto dele, impede a reconciliação que se imagina ser.

Adorno entende, a partir de Hegel, que a dialética não é nem somente um método, nem tampouco algo real entendido ingenuamente. Não é um método, já que a coisa-não-reconciliada - e que carece dessa identidade que o pensamento imita -, está cheia de contradições e se fecha a qualquer tentativa de uma interpretação unânime. Porém é a coisa que dá motivo à dialética, e não o impulso organizador do pensamento. Por outro lado, a dialética tampouco é algo simplesmente real, posto que a contraditoriedade é uma categoria reflexiva.

Para Adorno, já frisamos, a dialética não é confiável nos moldes que Hegel a compreende. Seu movimento não tende à identidade na diferença de cada objeto com seu conceito, mas desconfia bastante do idêntico. Sua lógica é a do desmoronamento: a figura armada e objetualizada dos conceitos que o sujeito cognoscente tem imediatamente ante si. Sua identidade com o sujeito é a falsidade mesma.

### **3.4. Objetividade da contradição**

A contradição, nos termos da *Dialética Negativa* de Adorno, não é apenas uma sentença subjetiva do pensamento, mas um componente objetivo impregnado no próprio objeto e que deve ser captado e experimentado pelo sujeito. A filosofia no entanto, tem insistido em tomá-la como sendo um momento de insuficiência do pensamento, um vácuo na apreensão do objeto, que deve ser experimentada como possibilidade de avanços qualitativos no entendimento e na experiência do real. O acordo formal do juízo, pretendido pela lógica contemporânea, abomina a dialética enquanto prerrogativa da negação da pseudo-objetividade do real. O juízo dialético se refere sempre ao ente que deve ser julgado, levando em conta também o *mais* que existe fora da particularidade encerrada no juízo. Dessa maneira, busca o novo, num exercício de insatisfação com o material colhido na realidade. De outro modo, não realizaria a negação, fugindo à sua própria intenção.

A proposta adorniana de uma dialética negativa tem que enfrentar o lema negativo da filosofia da identidade, que tem conservado sua força. Para esta, o momento da negação permite o avanço para a síntese, momento em que, triunfalmente, desponta a verdade. A filosofia da identidade, nos esforços de Hegel, busca a passagem do particular ao universal, já que “nada particular é verdadeiro, nada, apesar das pretensões de particularidade, é isso mesmo” (*ibid.*, p. 155). Para este tipo de pensamento, o âmbito

de aceitação da realização máxima do pensamento é o universal como espírito absoluto. O alcance desse polo é atingível apenas pelo espírito inquieto, insatisfeito com as noções preliminares do conceito, e que se fortifica na experiência da passagem da afirmação à negação, e da negação à síntese.

Adorno não se satisfaz com a experiência da filosofia da identidade, principalmente de Hegel. Para o frankfurtiano, a consciência não pode eliminar por si mesma a contradição objetiva e suas emanações, à base de atos mentais. A contradição tem mais peso do que o deu Hegel, que foi o primeiro a tematizá-la. A dialética corresponde a perseguir a disparidade entre pensamento e coisa, e experimentá-la nesta. A dialética não tem porque temer a reprovação por estar possuída pela ideia fixa do antagonismo objetivo, quando na realidade a coisa já está pacificada. A contradição dialética não “é” simplesmente; sua intenção – seu componente subjetivo – é, pelo contrário, não se deixar dissuadir neste sentido, e isso é quem faz a dialética dirigir-se para o seu destino. O movimento dialético é autocrítica da filosofia: neste sentido é filosófico.

A objetividade da contradição, assim, para Adorno, implica em que o diferente não pode ser obtido imediatamente como algo por sua vez positivo. Para isso se recorre à negação do negativo. Esta não é em si mesma, como queria Hegel, afirmação. A equiparação da negação da negação com a positividade é o ponto máximo da identificação, o princípio formal reduzido a sua mais pura forma. O único positivo desta negação será a negação determinada, a crítica.

As análises hegelianas destroem a aparente ansiedade subjetiva. Contudo, isso não basta de nenhum modo para converter a filosofia em algo superior, enquanto instituição encarregada de superar a consciência e fazê-la encontrar-se consigo mesma. Pelo contrário, nela se reproduz e amplifica o que a subjetividade negava com razão. O positivo é fetichizado em si até o extremo dos interesses das forças positivas, passando pelo elogio que concede a linguagem vulgar aos homens que sabem ser “positivos”. A negação da negação não invalida esta, mas apenas demonstra que não era suficientemente negativa. O negado é negativo até que tenha desaparecido. Esta é a diferença decisiva com respeito a Hegel. Recorrer à identidade para conciliar de novo a contradição dialética, expressão do irredutivelmente diferente, equivale a ignorar o que esta significa, retrocedendo ao puro pensamento dedutivo. Ao renovar a ofuscação de retroceder à identidade, a negação da negação se converte em uma projeção sobre o absoluto da lógica dedutiva e em último termo do princípio da subjetividade.



A qualificação da verdade como comportamento negativo do saber, que impregna o objeto – quer dizer, apaga a aparência de sua imediata forma de ser concretamente – sonha com um programa de dialética negativa enquanto saber “que concorda com o objeto”. Entretanto, este saber renega esse programa, implantando-se como positividade. A fórmula “igualdade consigo mesma”, pura identidade, põe em descoberto o truque do saber objetivo, que abandona o objeto para converter-se em tautologia.

### **3.5. Sobre a dialética da Identidade**

A identidade pensada por Adorno diz respeito à compreensão necessária da condição humana, que por si só pressupõe certos zelos dos homens uns com os outros, expressos em forma de procedimentos éticos capazes de preservar a vida e o respeito às diferenças. A humanidade tem que alcançar a identidade junto com seu conceito, se é que pretenda livrar-se da coação que padece em forma de identificação real. De um ponto de vista formal, para este Adorno,

[...] no momento em que o pensamento se entristece com o que tem inicialmente diante de si (o conceito), e se dá conta de sua imanente antinomia, está acariciando já a ideia de algo que exista para além da contradição, pois o fato de o pensamento se contrapor àquilo que lhe é heterogêneo se constitui como contradição imanente do pensamento mesmo e estabelece registro dessa diferença entre o sujeito que pensa e o objeto pensado, ou seja, entre a particularidade do indivíduo pensante e a universalidade do objeto pensado. Tal é o meio em que se realiza o pensamento da diferença entre o particular e o conceito. (Adorno, 1975, p. 149)

A realidade do capitalismo tardio, contrariamente à proposta adorniana de aposta na não identidade como identidade, realiza o princípio de convertibilidade da redução do trabalho humano a abstrato conceito universal do tempo médio de trabalho. Por isso mesmo tem construído os meios de definir um certo princípio de identificação. Seu modelo social é a troca e esta não existiria sem a ideia de identificação. A troca torna idênticos seres e ação que não o são. A extensão deste princípio resulta na compreensão do mundo inteiro como idêntico, à totalidade. A teoria crítica cumpriu o papel de desmascarar esse movimento da troca do igual, analisando os mecanismos utilizados para incrementar o espírito do consumo, cada vez mais configurado como a grande tônica da modernidade ocidental.

A partir deste diagnóstico, alguns procedimentos de contraposição a esse sistema de dominação são propostos. No caso de Adorno, trata-se da denúncia da tentativa de afirmação da identidade como a última e absoluta ambição, que se compõe como o aparato universal de coação. Essa pretensa identidade instaura uma falsa liberdade, pois que só pode se realizar através da coação civilizadora. Para Adorno, a consciência terá que opor-se à totalidade, se estiver convicta da diferença que existe entre o “dado” e ela, consciência.

Isso faz com que a *dialética negativa* esteja vinculada a um processo crítico que afeta os conceitos que ela trata formalmente. Neste processo a própria dialética tem que corrigir-se a si mesma, indo e vindo em busca da síntese necessária. Sabe-se que em toda síntese opera a vontade de identidade. Esta parece positiva e desejável. Contudo, para Adorno, *identidade* é a forma originária de ideologia. Seu momento de realização é o de sua adequação à realidade. Assim, impregnada à realidade, substitui sua forma real, fazendo pairar a estereotipia, o engodo, a aparência. Dessa maneira, a exigência de fidelização da consciência à realidade ideologicamente alterada pela exigência de identificação, prepara o terreno para se colocar em prática objetivos de dominação. Segundo Adorno, mesmo Hegel sucumbe à tendência do esclarecimento no sentido de apagar as diferenças, representadas pelo não-idêntico, no plano do conceito. E, nesse particular, a filosofia de Hegel peca, uma vez que na abstração do conceito reside o parentesco com a *dominação*.

Para Marcos Nobre, essa “auto-realização do conceito (...) só é possível porque o conceito tem o poder de se realizar, ou, expresso de maneira adequada, o universal verdadeiro, infinito ‘é poder criador, como negatividade absoluta que se relaciona consigo mesma” (*ibid.*, p. 134). Por isso é inconciliável com a lógica em vigor sempre disposta à concordância formal. Assim diz Adorno (1975, p. 163):

Uma contradição, por exemplo, como aquela entre a determinação que o indivíduo conhece como própria e o papel que a sociedade lhe impõe para ganhar seu pão, não é eliminável – sem manipulação e sem a inserção de miseráveis conceitos sobre-determinados, que fazem desaparecer as diferenças essenciais.

O tratamento dispensado por Adorno à questão do não-idêntico se dá numa perspectiva de reconciliação possível do homem com a natureza e da humanidade com seus potenciais de espontaneidade e emancipação. É a mesma motivação do pensamento que quer fazer justiça à ideia de que a humanidade tem de lidar com alguns pontos emblemáticos da consumação do esclarecimento, tais como o extermínio dos judeus, a

liquidação do sujeito, a *semicultura* generalizada como cultura, os fracassos dos sistemas de ensino, etc.

No processo civilizatório, comandado por um tipo de racionalidade instrumental, a destruição do não-idêntico é uma exigência crucial. Por isso mesmo, a filosofia, imperativamente, deve se voltar para o não-idêntico, sob pena de ser tratada como falsa. Assim diz Adorno (*ibid.*, p. 365): “de não medir-se com o mais extremo, com o que escapa ao conceito, (a filosofia) se converte, por antecipação, em algo do mesmo calibre que a música de acampamento com que as SS gostavam de cobrir os gritos de suas vítimas”.

Os comentadores (Duarte, 1993, p. 83; Jay, 1988, p. 149) têm apontado a importância da noção de não-identidade na filosofia de Adorno, bem como a sua centralidade para a análise adorniana da questão da dominação. Para Nobre (1998, p. 167) “a questão (...) continua a ser a de como dizer o que o conceito não pode dizer, como sobrepujar aquele limite com que se debate o pensar”. A solução hegeliana, de que não há nada que não possa ser dito pelo conceito é excluída de pronto. A saída materialista, por sua vez, não é suficiente, porque exige uma passagem para a práxis que não está logicamente aberta. Para Nobre (*ibid.*, 167), embora essas duas saídas sejam falhas, “há algo de verdadeiro em ambas”. Adorno citado por Nobre, assim se refere:

Na leitura do ente como texto de seu devir se tocam as dialéticas idealista e materialista. Todavia, enquanto para o idealismo a história íntima da imediatidade justifica esta imediatidade como etapa do conceito, tal imediatidade vem a ser, em termos materialistas, medida da inverdade não apenas dos conceitos, mas mais ainda da imediatidade que é (*seiend*). Aquilo com que a dialética negativa atravessa (*durchdrinht*) seus objetos endurecidos é a possibilidade que lhes foi roubada pela sua efetividade, possibilidade, entretanto, que reluz de cada um deles (*ibid.*, p. 167).

A noção de não-idêntico como a não aceitação do real como verdadeiro, vai ser apresentada por Adorno ao falar dos judeus – e de qualquer outro grupo humano perseguido – como reserva de não-identidade frente ao todo social avassalador. Nesse sentido, é um ato identitário a postulação dos judeus (e das mulheres, dos atores, dos ciganos, etc.) como “homens-natureza”, vítimas da dominação, que pretende apagar os vestígios de um estado pré-histórico, ainda não submetido à repressão do processo civilizatório.

Finalmente vemos que Adorno tem como utopia o conjunto do diverso, negando-se, porém, tomar o não-idêntico como positivo ou entendê-lo como negação da negação.

Esta, vista como positividade na dialética hegeliana, é a essência do pensamento identificador e coloca um princípio anti-dialético no cerne da própria dialética. Os elementos básicos da *Dialética Negativa* são a negação determinada e a prioridade do específico. O sujeito não é só sujeito, o objeto não é só objeto e também não há uma separação ou independência total entre ambos. Nesse caso, o espírito se torna a materialidade do social no seu campo de confronto de valores eternamente contraditório. A negação, então, retira daí a possibilidade de uma consciência poderosa capaz de se contrapor a todo e qualquer resquício de barbárie.

#### 4. Metodologia

Início a pesquisa com uma sistematização da crítica da obra *Dialética do Esclarecimento*, escrito em 1944, a quatro mãos, por T. W. Adorno e Max Horkheimer, obra considerada a pedra angular das ideias que tiveram por berço a chamada Escola de Frankfurt. Esta obra traz uma crítica filosófica e psicológica de amplo espectro das categorias ocidentais da razão e da natureza, de Homero a Nietzsche. O livro divide-se em três partes fundamentais, sendo, a primeira, um estudo sobre como a navegação empreendida pelo homem de sua condição de natureza até ao domínio desta, auspiciada pelo conceito positivo do Esclarecimento, se dá em uma ralação que, embora comumente apontada como polos opostos, são uma e mesma coisa, ou seja, o mito já é esclarecimento e este acaba por reverter-se à mitologia.

A segunda parte do livro traz o título *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas* – e é uma das críticas mais radicais à indústria cultural, que impõe um ar de semelhança a todas as coisas e gera necessidades de consumo dos produtos culturais por ela mesma produzida. Na *indústria cultural* convergem expressões e meios construindo uma “racionalidade técnica” que visa à dominação sistemática dos grupos. Assim, ela não atende necessidades básicas da comunidade, mas ao contrário, empenha-se em criar necessidades que são por ela mesma preenchidas. A indústria cultural, assim, é violenta, no sentido de que a todos atinge e condiciona por seus princípios. “Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho” (*ibid.*, 119). Na *indústria cultural* divertir-se significa “estar de acordo”. O sofrimento é simulado pelo esquecimento de que se sofre. O homem, assim, nada mais é do que um ser genérico. “Cada homem é tão-somente aquilo

mediante o que pode substituir todos os outros; ele é fungível, um mero exemplar. Ele próprio enquanto indivíduo é absolutamente substituível, o puro nada” (*ibid.*, p. 136).

Na sequência da pesquisa, nos debruçaremos sobre a lógica da *Dialética Negativa*, iniciando sobre a questão da necessidade da crítica ontológica, que redefine os procedimentos do pensamento filosófico, que, conforme propõe Adorno, deve se comportar negativamente. A contradição, nos termos da *Dialética Negativa* de Adorno, não é apenas uma sentença subjetiva do pensamento, mas um componente objetivo impregnado no próprio objeto e que deve ser captado e experimentado pelo sujeito. A filosofia no entanto, tem insistido em tomá-la como sendo um momento de insuficiência do pensamento, um vácuo na apreensão do objeto, que deve ser experimentada como possibilidade de avanços qualitativos no entendimento e na experiência do real. O acordo formal do juízo, pretendido pela lógica contemporânea, abomina a dialética enquanto prerrogativa da negação da pseudo-objetividade do real. O juízo dialético se refere sempre ao ente que deve ser julgado, levando em conta também o *mais* que existe fora da particularidade encerrada no juízo. Dessa maneira, busca o novo, num exercício de insatisfação com o material colhido na realidade. De outro modo, não realizaria a negação, fugindo à sua própria intenção.

Uma outra foco do estudo serão os estudos sobre a *Mínima Morália*, que aponta a necessidade de uma Educação para Emancipação. Para Adorno (1985) o sonho de uma época esclarecida e livre das mazelas produzidas pelas experiências sociais do homem não se constitui como realidade plena. O esclarecimento que, segundo os iluministas ajudaria na construção de uma vida mais feliz, não realizou essa promessa. Kant, contrapondo-se à ideia iluminista do conhecimento como chave para a resolução dos problemas do homem, compreendia que o esclarecimento deveria ser visto não como resultado fechado da busca por verdades, mas como processo, como busca, aprendizagem. O pensamento pedagógico, em boa parte herdeiro dessa concepção, aí se apoia, crente de que a humanidade pode alcançar novos rumos no processo de desenvolvimento, a partir do conhecimento e da educação dos homens.

Segundo Adorno (1993), a razão instrumental se fez mundo, mas o mundo não se fez razão; ao contrário, tornou-se irracional. Esse quadro abrange toda a sociedade, contaminando também as instituições que por definição deveriam se voltar para a produção da negação desse estado de coisas, como a escola, por exemplo.

A crítica de Adorno a essa situação, não pode ser ignorada pelos educadores no tempo de perplexidade em que vivemos, em que a falta de capacidade de argumentação

e de reflexões, faz com que se verifique entre os homens uma grande falta de entendimento. Percebe-se a perda que todos demonstram do diálogo, da conversa, da escuta do outro. Temos observado os vários ramos do saber, como a história, a sociologia, a psicologia, a psicanálise, a antropologia, as ciências humanas enfrentando debates sobre a ideia de um outro, numa busca instigante por saídas para a humanidade.

Essa busca ainda não dá sinais de que esteja esmaecendo o clima de discriminação, de exclusão e de eliminação do outro. Ainda nos assombramos com a constatação de que, em que pese o avanço ou o aparente progresso que o homem foi e vem sendo capaz de conquistar, a humanidade não deu conta de enfrentar e superar o problema que está na origem dos grandes crimes cometidos contra a vida – sejam eles de ordem política, étnica, religiosa, social, sexual – na origem de todos os genocídios: a dificuldade de aceitar que somos feitos de pluralidade, pois o que nos singulariza como seres humanos é justamente nossa diferença.

Nos três momentos que compõem a pesquisa, busco pois me apoiar e debater com os autores que pretendem atualizar o pensamento dialético para pensar os meios de emancipação

## **5. Metas e Produtos:**

Como produtos da pesquisa, pretendo redigir e publicar artigos com resultados parciais da pesquisa sobre a **Dialética e horizonte crítico em Theodor W. Adorno** e temas conexos. Os estudos bibliográficos serão complementados, em alguns momentos, com estudos empíricos empreendidos por membros do Grupo de Pesquisa em Estudos Sócio-Filosóficos da Educação - GESFE, verificando-se, no âmbito dos contextos vividos, a presença de manifestações e consequências das categorias conceituais de Adorno, na vida social e no ambiente escolar. Além desses, pretendo elaborar uma apresentação das diferenças formas de mobilização da dialética para a análise das contradições sociais atuais a partir da coleta e estudo dos materiais produzidos em torno realidade educacional. Nas ocasiões em que o desdobramento deste projeto se encontrar com objetos de estudo que precisem ser construídos etnograficamente, definiremos os instrumentos e a forma de análise dos dados, conforme o paradigma e procedimentos adequados.

## 6. Bibliografia:

ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ADORNO, T. W. *Dialética Negativa*. Trad. José Maria Rispalda. Revisor Jesús Aguirre. Madrid: Taurus, 1975.

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

ADORNO, T. W. *Mínima Moralia*: reflexões a partir da vida danificada. 2ª ed., S. Paulo, Ática, 1993.

ADORNO, T. W. Palavras e Sinais: *Modelos Críticos 2*. Trad. Maria Helena Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995b.

ADORNO, T. W. “Teoria da Semicultura”. Trad. Newton Ramos-de-Oliveira com colaboração de Bruno Pucci e Cláudia Moura. In: *Educação e Sociedade*. Campinas-SP. Ed. Papirus, ano XVII, dez., 1996a.

CEPPAS, Felipe. *Formação filosófica e crítica*: Adorno e o ensino de filosofia em nível introdutório. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. PUC, Departamento de Educação, 2003.

COJEAN, A. “Lês vois de l’indicible”, série de cinco artigos Les mémoires de la Shoah. *Le Monde*, 25/29-04-1995.

FREUD, A. “Identificação com o agressor”. In: *O ego e os mecanismos de defesa*. Tradução de Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1986. FREUD, Sigmund. El Malestar en la cultura. Trad. Luis Ballesteros y de Torres. In *Obras Completas*, Vol. 3. Madrid. Ed. Nueva, 1981

HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. S. Paulo: Perspectiva, 1990.

JAY, Martin. *As idéias de Adorno*: Trad. Adail Ubirajara Sobral. S. Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de S. Paulo, 1988.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. Edições 70. Lisboa, 2001.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: “Que é esclarecimento?”. In: *Textos Seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi Del Rey. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. S. Paulo. Paz e Terra, 2004.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Trad. de Giosone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- MARCUSE, Herbert. “Sobre o caráter afirmativo da cultura”. Trad. Wolfgang Leo Maar. In: Marcuse, Herbert. *Cultura e sociedade – Vol. 1*. Trad. Wolfgang Leo Mar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1997.
- NOBRE, Marcos. *A Dialética Negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do estado falso*. S. Paulo: Iluminuras, 1998.
- PELEGRINI, Tânia. Aspectos da produção cultural brasileira. In: *Revista Crítica Marxista*. Vol. 1. Número 2, S. Paulo: Brasiliense, 1995.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. S. Paulo. Companhia das Letras, 1986.
- VALCÁRSEL, Amélia. *Ética como valor fundamental*. Palestra. Seminário Internacional “Ética e Cultura”. São Paulo. Outubro/2001. Circulação interna.